

Visões sobre o desenvolvimento e as Políticas Públicas: os dilemas entre universalismo e particularismos

Alicia Ferreira Gonçalves – aliciafg1@hotmail.com – PRODEMA/PPGA-UFPB

Alcides Fernando Gussi – agussi@uol.com.br – Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP)/UFC

Área Temática: Desenvolvimento: Desafios e perspectivas antropológicas

Resumo

Este artigo aborda algumas visões sobre desenvolvimento que enfatizam, ora aspectos universais, ora aspectos particulares e as suas interfaces com as políticas públicas no Brasil. A reflexão está inspirada em um referencial teórico, citado ao longo do texto, e em etnografia em curso no Estado da Paraíba. Análise preliminar sinaliza que, em nações multiétnicas, como o é a nação brasileira, políticas públicas executadas por um viés desenvolvimentista e economicista atendem somente aos interesses das elites políticas e econômicas do país, a exemplo da construção da Usina Belo Monte, principal obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Por outro lado, movimentos sociais rurais e urbanos, étnicos e de gênero reivindicam políticas públicas específicas. Neste sentido, identificamos um dilema entre universalismo e particularismo, como a grande questão social contemporânea: Como garantir a universalidade dos direitos? E, ao mesmo tempo, atender demandas específicas baseadas em sinais diacríticos?

Palavras-chave: desenvolvimento; políticas públicas; alteridades.

Abstract

This article discusses some views on development that emphasize universal aspects sometimes, sometimes particular aspects and its interface with public policies in Brazil. The reflection is inspired by a theoretical framework mentioned in the text and ethnography in progress in the state of Paraíba. Preliminary analysis indicates that in multiethnic nations such as Brazil is the nation's public policies carried out by a developmental and economic bias only serve the interests of political and economic elites of the country, such as the construction of Belo Monte plant, the main work of the Acceleration Program (PAC). On the other hand, rural and urban social movements, ethnic and gender specific policies claim to this effect, we identified a dilemma between universalism and particularism, as the great contemporary social issue: How to ensure the universality of rights? At the same time, meet specific demands based on diacritics?

Key-words: development; public policies; alterity.

Introdução

A ênfase do governo federal nas políticas públicas de corte social como uma forma privilegiada para o combate a exclusão social é um fenômeno relativamente recente, pois, outrora, a ênfase fora posta no crescimento da economia e na geração sempre crescente de postos de trabalho com carteira

assinada, articulado a todas as benesses do “welfare-state” à la brasileira.¹ Tratava-se do contexto político denominado de “milagre brasileiro”, orientado por uma determinada visão de desenvolvimento. Afinal, em que momento da história ocorreu essa guinada em direção às políticas públicas como instrumento privilegiado de governo no combate à exclusão social ou, como denomina Castel (1999), aos processos de desfiliação?

Podemos considerar que a ênfase posta nas políticas públicas de caráter social, como a dimensão central a partir da qual poderia ser combatida a pobreza em nosso país tem seus marcos em processos gerais, tais como: a falência do Estado de bem estar social, os processos de reestruturação produtiva, a transformação do paradigma tecnológico, a crise da sociedade do trabalho,² a globalização da economia e a implementação das políticas de corte neoliberal pelo mundo afora³. Trata-se de fatores inter-relacionados intimamente conectados aos interesses sistêmicos do capital transnacional. Contudo, os interesses sistêmicos, expressos na dinâmica da acumulação capitalista em escala global, têm engendrado efeitos perversos e introduzido patologias no mundo da vida – na esfera de ação responsável pela produção e reprodução simbólica, como diria Habermas (1987).

Neste sentido, Godelier (2001:310-314) identifica o paradoxo próprio das sociedades capitalistas: A própria dinâmica da acumulação capitalista como principal fonte de exclusão social. Para o autor, existe “inegavelmente no coração do capitalismo uma fonte permanente de desigualdades sociais, e isso significa que, nesse sistema, como em todos os outros, há coisas a serem recalçadas, coisas sobre as quais ‘é preciso silenciar ou que ‘é preciso’ travestir de ‘interesse comum’”. Tendo em mente a desigualdade estrutural produzida no seio do capitalismo, indaga o autor: “que lugar resta para o *dom* em nossas sociedades ocidentais”? A resposta desse autor é que o dom está em via de voltar a ser uma condição socialmente necessária à reconstrução do tecido social.⁴ Neste sentido, o paradoxo é que a mesma economia, que cria os excluídos em massa, confia à sociedade a tarefa de (re) incluí-los, não na economia, mas no tecido social, acrescentamos, por meio das políticas públicas de caráter social institucionalizadas pelo Estado.

Contudo, também é fato que emergem, no final da década de 1980, movimentos sociais, forças de resistência anticapitalistas em escala planetária, como os eventos que antecederam a constituição do Fórum Social Mundial, como mencionam Martins e Nunes,

Portanto, os impactos ambivalentes gerados pela expansão do capitalismo especulativo e informacional sobre as mentalidades, os valores e as práticas dominantes na modernidade – no centro e na periferia do sistema capitalista – estão estimulando uma relevante e

¹ Para Höfling (2001) a política pública é o “Estado em ação”. É o Estado implantando em um determinado contexto histórico um projeto de governo por meio de programas e ações direcionados a determinados segmentos da sociedade.

² Sobre a crise da sociedade do trabalho, consultar Antunes (1995).

³ Sobre as várias dimensões e significados da globalização, ver Ianni (1996).

⁴ Godelier (2001:316-317) observa muito bem o paradoxo da sociedade capitalista que repousa no fato de que a “sociedade só vive e prospera, portanto, ao preço de um déficit permanente de solidariedade”.

difusa onda de descontentamento e de mal-estar nas grandes metrópoles mundiais e na esfera da vida associativa local, produzindo reações as mais diversas e uma violência crescente, que acendem o sinal vermelho de alerta (...) Enfim, questiona-se a força de resistências anticapitalistas – em âmbito nacional e planetário – reveladas por acontecimentos diversos: o Fórum Mundial de Porto Alegre, as mobilizações de rua anti-mundialização nas grandes capitais mundiais, a nova militância em grande parte anônima, de homens e mulheres comprometidos voluntariamente com a organização popular, com a educação e a saúde públicas, com o desemprego, com as crianças e idosos abandonados, entre outros temas (MARTINS, NUNES, 2004:9).

Neste cenário, onde afloram os movimentos sociais contrários à ordem hegemônica do capital, há um resgate de uma moral da solidariedade e de pertencimento social no campo dos movimentos sociais e, simultaneamente, no campo acadêmico. E, ao longo deste processo, emergem novos atores sociais que vão constituir, exemplarmente, no campo da economia solidária e, ao mesmo tempo, a instituição das políticas públicas implementadas pelo Estado, algumas por pressão dos movimentos sociais, a exemplo do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Bolsa Família (PBF) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Brasil.⁵

Neste sentido, conferindo um estatuto central à solidariedade, como uma via privilegiada para o combate à pobreza, autores contemporâneos, instituições e militantes, que atuam no campo da economia solidária e, especificamente, destacamos, das microfinanças solidárias e do microcrédito focado no aval solidário, resgatam a noção de solidariedade lhe atribuindo diversos sentidos. Dentre estes atores, destaco os autores vinculados ao *Mouvement Anti-utilitariste dans les Sciences Sociales* (M.A.U.S.S.), que resgatam e demonstram a validade da teoria da reciprocidade para se pensar os processos contemporâneos, tais como, o fato associativo, a economia e o estatuto político⁶. O movimento parte de uma crítica à visão economicista e utilitarista nas ciências sociais e ao neoliberalismo, argumentando que, em um contexto em que o Estado e o mercado se mostraram incapazes historicamente de apresentar soluções para os problemas por eles mesmos criados, como a exclusão social, os laços sociais presentes nos movimentos associativos e na dinâmica democrática se apresentam como uma via de acesso ao combate às variadas formas de exclusão social em várias partes do mundo, a exemplo da França, Brasil, África e Índia. Contudo, afirmam os autores, o laço social imprescindível ao combate à exclusão deriva do paradoxo do dom. Nesse sentido, segundo Martins (2002:9), há uma estreita aliança entre o dom e o laço social, na medida em que o social somente surge, “sob condições sociais particulares de doação, confiança e solidariedade que não são explicáveis nem pela ótica do interesse individual, nem da burocracia estatal, mas do paradoxo do dom”.

⁵ Sobre o processo de constituição do campo da economia solidária no Brasil ver excelente tese de Lechat (2004).

⁶ www.revuedumauss.com.

Estes autores realizam uma crítica efetiva à visão economicista do mundo social e da história. A questão central posta pela *Critique de la raison utilitaire* é, segundo o autor, sobre as motivações que engendram as ações humanas. Um dos aspectos problemáticos no campo do utilitarismo é o postulado universal sobre a natureza humana “qui si les hommes sont intéressés, égoïstes et calculateurs, c’est par nature”, resta saber em que contexto histórico emerge esta representação sobre o homem “lui faut expliquer que ce n’est qu’à une époque déterminée que les hommes se découvrent conformes à leur nature supposée” (CAILLÉ, 2003:56). O autor afirma que o utilitarismo não tem alcance universal porque afinal se trata de uma representação localizada e datada, isto é, européia ocidental e moderna sobre o homem, “la Raison utilitaire este d’abord l’expression d’une pensée particulière, la nôtre celle des Européens modernes et contemporains” (CAILLÉ, 2003:57). Laville (2004) fala a respeito de uma solidariedade democrática, sob o enfoque da economia solidária, como um conceito central na resistência à sociedade de mercado, reafirmando um elo na modernidade entre reciprocidade e redistribuição. Laville fala a partir do contexto francês; contudo, poderíamos pensar as políticas públicas no Brasil como sendo derivadas desta lógica da solidariedade? E, como contraponto, às políticas de corte neoliberal?

Hoje em dia, , será que podemos atribuir à solidariedade o potencial de evitar a desagregação do tecido social? Ela poderá se constituir como uma fonte fecunda que leve à emancipação social? Terá a solidariedade o potencial de combater a pobreza, a desigualdade de renda e a exclusão social? Se assim for, a solidariedade poderia vir a servir de inspiração para a formulação de políticas públicas de caráter social? A solidariedade poderia vir a servir de base à formação de um novo modelo econômico, a economia solidária, fundada em novas formas de sociabilidades, em novos valores e em uma nova ética?

A princípio sim, contudo, as políticas públicas têm sido em primeiro lugar re – significadas a partir do sistema classificatório *êmico*, e, em segundo lugar, têm sido formuladas embasadas em valores universais e abstratos que não se coadunam, não encontram ressonância nas tradições culturais dos grupos sociais objeto de tais políticas.

Alguns estudos etnográficos sinalizam para essa incongruência entre universalismo e particularismo, como por exemplo, os estudos de Coelho de Souza (2007), a partir do caso etnográfico das sociedades de língua Jê do Brasil Central e de Edir Pina de Barros no artigo ***Saúde indígena, cosmologias e políticas públicas***, a partir do caso dos Kurã-Bakairi (cerrado norte mato-grossense) que são ribeirinhos, pescadores e agricultores. Diz o autor, no Brasil, tem-se mais de 200 línguas, 180 indígenas, e as políticas de saúde não leva em consideração a diversidade sócio-cultural. Em sua visão, o grande desafio é fazer com que os direitos garantidos na constituição sejam postos em prática. No entanto, afirma o autor, é grande o abismo que separa a pensar biomédico e o pensar das populações indígenas que associam o processo saúde-doença à sua cosmologia.

Marcela Coelho confronta categorias êmicas que designam a cultura material, imaterial, conhecimento, transmissão de conhecimento, e também da distinção e identidade, com a “sociedade envolvente”. O caso etnográfico é o das sociedades de língua Jê do Brasil Central. Neste sentido, a autora questiona: direitos universais ou relações particulares? Muitos antropólogos apontam as limitações de se estabelecer marcos legais ancorados em princípios universalistas e abstratos. Contudo, a questão de fundo é a universalidade parcial dos princípios civilizatórios que embasam as declarações e formulação de direitos que se pretendem universais. Alguns autores defendem a adoção do princípio denominado por ele de jusdiversidade: “a liberdade que possibilita a cada povo viver segundo seus usos e costumes e transformá-los, quando desejável e necessários em constituições rígidas”. Trata-se de um ponto de partida que apresenta limitações nas transações entre culturas, pois, em suas mútuas transações, uma pode reivindicar a formulação de direitos universais e a outra privilegiar a constituição de relações particulares. **O questionamento é antropológico, político, jurídico e relevante socialmente.**

Portanto, trata-se de se problematizar empiricamente as tensões subjacentes às políticas públicas, entre universalismo e particularismo, ou seja, entre valores e conceitos que se pretendem universais, que orientam as políticas públicas, e as tradições culturais particulares com suas categorias e valores que derivam de seus respectivos sistemas classificatórios.

Esta última é a mesma tensão que está presente em várias reivindicações das populações tradicionais e das minorias étnicas no mundo todo, nos EUA, quando se fala do direito das minorias étnicas, nos países descolonizados na África, na Índia, na América Latina, sendo que todos esses debates expressam a insuficiência e as limitações do sistema jurídico estatal baseado em noções, princípios e conceitos universalistas (abstratos), baseados em direitos humanos universais **sem** dar conta de proteger os direitos das minorias étnicas em vários âmbitos. O que está em questionamento é o próprio conceito de direitos humanos, engendrado no iluminismo europeu concebido como um valor universal.⁷ Essa seria uma das promessas não cumpridas do iluminismo, de que nos fala Habermas (1987).

As identidades, nesse cenário, assumem a sua dimensão política. Contudo, se a identidade em sua formulação clássica que remonta ao romantismo alemão e moderna, que remete às formulações de Lévi-Strauss, esteve, quase sempre, associada a elementos irreduzíveis, ou seja, em uma essência que definiria o próprio grupo social, contemporaneamente, passa a ser concebida em sua dimensão processual e histórica, tecida, portanto, nas relações sociais e de poder, e assume dimensão crucial no contexto das políticas públicas contemporâneas, quando o que está em jogo é a própria definição das identidades, a reivindicação de recursos públicos e acesso a direitos.⁸

⁷ Cf. Hall (2003); Tambiah (1997); Veena Das (1995); Hutchinson (1996).

⁸ Segundo Lévi-Strauss em todas as sociedades há elementos estáveis que são essenciais para o etnólogo já que permitem compreender a sociedade e classificá-la, organizá-la em oposição a outras sociedades possuindo outros elementos estáveis. Esses elementos estáveis

Na década de 1970, Roberto Cardoso de Oliveira se contrapondo à perspectiva culturalista norte-americana no campo do indigenismo no Brasil e, posteriormente, Manuela Carneiro da Cunha, esta inspirada nos estudos de Abner Cohen, já haviam afirmado que as identidades étnicas, em suas formulações, são mediadas por fatores políticos e econômicos. O etnicismo, afirma Cohen (1974), é um fenômeno absolutamente político. Pois, os símbolos da cultura tradicional são usados como mecanismos de alinhamentos políticos. Geertz, no livro *Observando o Islã* (1968), demonstra como o fundamentalismo religioso islâmico tornou-se um movimento político na Indonésia e no Marrocos. O envolvimento intenso com o Ocidente na década de 1960, no período pós-colonização, trouxe a fé religiosa para mais perto de uma forma radicalizada como uma maneira de oposição política, de demarcar uma identidade. Antes eram apenas muçulmanos; agora passavam a sê-lo cada vez mais por uma questão política.

Souza Lima em *Antropologia e Identificação e Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas* aponta essa dimensão política das identidades, Antonio Sergio Guimarães no artigo *Desigualdade que anula desigualdade*, Adam Kuper em *Cultura, a visão dos antropólogos* no caso do movimento multiculturalista norte-americano, Stuart Hall em *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*, no caso britânico, e Stanley Tambiah em *Leveling Crowds*, no caso do Sul da Ásia, e Clifford Geertz, no caso de Marrocos e Indonésia. Hall e Tambiah apontam as limitações das políticas públicas ancoradas em direitos universais garantidos constitucionalmente em sociedades multiculturais, como os Estados Unidos, Grã-Bretanha, Malásia, África do Sul, Sul da Ásia e Brasil.

A questão central é como lidar, politicamente, com a diferença, como representar os múltiplos interesses no aparelho do estado. As críticas se dirigem ao próprio texto constitucional que não estaria adequado às demandas dos vários grupos que compõe uma sociedade multicultural.⁹ Haveria um paradoxo no próprio texto constitucional, fundamentado em princípios universalistas, que garantem a igualdade de direitos a grupos que originalmente são racialmente heterogêneos, convivendo em bases desiguais e assimétricas em um mesmo território nacional.

Para Hall e Tambiah, a solução seria reformular a regra constitucional e garantir de fato os direitos aos grupos minoritários, assim como, políticas públicas e igualdade de condições. Para Souza Lima, seria necessário formular

constituíram para Lévi-Strauss, dimensões irreduzíveis das sociedades humanas. Entre os zuni do Novo México esta dimensão irreduzível se localiza no sistema mágico e na feitiçaria, que seria a dimensão a partir da qual é constituída a identidade Zuni. Entre nós no carnaval segundo Roberto Da Matta. Entre os tupinambás, como demonstrou Florestan Fernandes era a guerra de vingança. Contrapondo-se a essa definição de identidade Hall afirma que: “A identidade é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto e não uma essência ou substância a ser examinada” (HALL, 2003: 15-16).

⁹ Josep Picó (1999) alerta que a problemática central dos estudos culturais contemporâneos já estava presente no século XIX no processo de formação dos estados nacionais, como unificar culturalmente as minorias étnicas que conviviam em uma mesma fronteira geográfica, como conciliar interesses divergentes. Como equacionar unidade nacional e diversidade cultural no projeto de construção da nação?

políticas públicas centradas no conceito de etnodesenvolvimento, o que pressupõe, segundo Roberto Cardoso de Oliveira (1990:19), a constituição de uma comunidade de argumentação, ensaída em moldes racionais (dialógica e simétrica), onde há acordo intersubjetivo entre meios e fins. “Seria um acordo explícito, amplamente negociado sob uma base democrática de entendimento sobre os fins e os meios de um processo endógeno de mudança social”, o que envolve reflexão sobre as ligações entre ciência e ética.

Adam Kuper, que se define como um sul-africano liberal de tradição humanista, afirma que a ênfase no relativismo cultural e a afirmação de que os povos apresentam diferenças radicais servem para reafirmá-las, impedindo desta forma o diálogo. Afinal, o *apartheid* sul-africano fora justificado por uma teoria antropológica. Contudo, argumentam os relativistas, o diálogo é sistematicamente distorcido pelos mediadores não discursivos como poder e o dinheiro. Habermas propõe a formação de uma ação comunicativa emancipatória que pressupõe o abandono das tradições culturais encerradas em si mesmas e a construção de valores universais.¹⁰ Kuper prefere buscar as semelhanças nas diversas sociedades. E afirma que a teoria da cultura “tende a desviar a nossa atenção do que temos em comum em vez de nos estimular a nos comunicarmos através das fronteiras nacionais, étnicas e religiosas, e a nos aventurarmos além delas” (KUPER, 2002:311).

A questão relevante é como e quando, isto é, em que circunstâncias históricas, as diferenças culturais e identitárias se transformam em assimetrias. Estamos às voltas novamente com a tensão entre unidade e diversidade, universalismo e particularismo, identidade e diferença. Não será a mesma tensão constitutiva disciplinar, da antropologia, desde as suas origens no século XIX? Neste cenário político de tensão, que introduzimos a temática do desenvolvimento.

Visões sobre o desenvolvimento

A literatura sobre o tema do desenvolvimento permite que pensemos, antes de tudo, que se trata de uma noção que revela um caráter polissêmico, remetendo à construções teóricas que são circunscritas aos seus diversos contextos históricos, políticos, institucionais e intelectuais. O que é importante aqui destacar é que essas noções de desenvolvimento orientam a formulação e implementação de políticas públicas nesses diversos contextos.

A questão que coloco em discussão é a de que se o desenvolvimento é orientado por um caráter universal, válido para todas as sociedades, ou se é válido, de forma particular, tão somente à sociedades e aos grupos sociais específicos. Segundo Brandão, (2005) não se pode estabelecer “leis universais” acerca de “um processo multidimensional e de estruturas qualitativas” que é o desenvolvimento.

¹⁰ Cf. Gonçalves (2006a).

Partindo dessa questão e do pressuposto de Brandão, proponho discutir acerca das noções de desenvolvimento por meio de um rápido percurso entre abordagens e autores.

Inicialmente, situemos a teoria de Rostow (1981) que, parece-me, constitui um paradigma ainda muito presente nas políticas de desenvolvimento. O autor entende que existam etapas de desenvolvimento econômico pelas quais todas as sociedades inexoravelmente tendem a passar. Para tanto, enquadra as sociedades em suas dimensões econômicas em cinco categorias a partir dessas etapas, brevemente caracterizadas:

- 1) As sociedades tradicionais: tratam-se das sociedades agrícolas que têm sua produção limitada e uma ciência de tecnologia pré-newtonianas, em que as mudanças sociais são lentas e a estrutura social e valores morais são bastante rígidos, sendo controlada pelos poderes locais.
- 2) Sociedades com pré-condições para o arranco: apresentam inovações tecnológicas, fruto da ciência moderna, e apresentam novas atividades econômicas, como o comércio e a manufatura, tratando-se de sociedades de transição - ou pré-capitalistas – submetidas ao Estado nacional.
- 3) Sociedades de arranco: apresentam uma revolução tecnológica que resulta na emergência das sociedades industriais e, em decorrência disso, de mudanças profundas na estrutura econômica, social e política.
- 4) Sociedades em marcha para a maturidade: calculadas para desenvolver-se nos sessenta anos após o arranco, onde a economia absorve os recursos mais avançados da tecnologia moderna;
- 5) Finalmente, a “Era do Consumo de massa” em que o desenvolvimento é baseado na produção de produtos duráveis de consumos e no setor de serviços, produzindo excedente para recursos à assistência social.

Pelo acima exposto, Rostow (1981) sustenta sua teoria no caráter universal e unidirecional do processo de desenvolvimento, apoiando-se no modelo tecnológico e capitalista dos países centrais, em um processo unilateral e unidirecional. Tal é a proposta de estabelecer uma teoria geral e universal do desenvolvimento, sobretudo baseada em critério econômico, tais como, renda, nível de preços, inversões, pagamento de salários.

A teoria economicista de Rostow (1981) que prevê uma historicização – absolutização de um caso histórico - dos processos de desenvolvimento humano, válidos para todas as sociedades, pode ser contraposta às teorias de Caio Prado Júnior e de Celso Furtado. Ambos realizam a crítica ao reducionismo da economia ortodoxa quanto aos processos de desenvolvimento considerando a história de cada sociedade como redutora para imprimir particularidades ao seu processo de desenvolvimento e que, ainda, esse está ancorado em dimensões “*não econômicas*”, como a do social, da política, e da cultura. Portanto, o processo de desenvolvimento é multidirecional.

Consideramos, de passagem, Prado Jr. (1968). Este autor propõe a análise histórica para o entendimento do desenvolvimento, o que não é realizada por Rostow, pois esse último não explica os fatores que levaram ao desenvolvimento. Para Prado Jr. (1968), Rostow não identifica fatos

específicos atuais e sua interligação com os processos históricos que não se ajustam “a modelos a priori” baseados na institucionalização das relações capitalistas de produção de países que foram seus pioneiros na formação capitalista. Padro Jr (1968) sustenta que é a partir da especificidade própria de cada país que se deve indagar sobre o desenvolvimento, como o Brasil. Dessa forma, considera: “Na história é que se encontra o material básico para a compreensão da realidade brasileira atual e não nas abstrações da análise econômica que não se ajustam as situações da realidade, como a brasileira. Daí relacionar desenvolvimento e historiografia.” (p. 20).

Situemos Furtado (Brandão, 2005; Furtado, 1984). Para Furtado, as dimensões históricas são também elementos chaves para a compreensão dos processos de desenvolvimento. Contudo, Celso Furtado compreende que estes processos são resultados de condicionantes estruturais – condições econômicas e sociais de reprodução das sociedades – e também históricas. Segundo Brandão (2005), nessa abordagem estrutural-histórica, em Furtado há uma apreensão da Estrutura e da História na teoria do desenvolvimento, e, pode-se dizer, entre a macro-economia e a micro-economia, em que essa última revela campos de decisões que interagem com as determinações sócio-econômicas estruturais. Trata-se de pensar “heterogeneidades estruturais” para situar, por exemplo, as economias periféricas e o subdesenvolvimento, e, como contraponto, as economias centrais.

É neste sentido que Furtado (1984) reconstrói a idéia de que o desenvolvimento – “satisfação das necessidades básicas da coletividade” – constitui um processo endógeno de transformação como resultado da vontade coletiva e impulsionado pelo poder político. Para Furtado, o desenvolvimento é uma “invenção”, pois deve combinar o encontro criativo entre a cultura dos povos – ou seja, ser ancorada na sua identidade cultural – e as possibilidades de transformação. Ainda, o Estado - legitimado politicamente em torno de Vontades coletivas – constitui o agente privilegiado para conduzir macro-decisões num contexto entre a macro-economia e a pluralidade de decisões no nível micro-econômico; portanto, cabe ao Estado promover políticas de desenvolvimento (Brandão, 2005).

Ancorado na perspectiva de Furtado, Brandão (2004, 2005) faz algumas críticas sobre o debate atual acerca do desenvolvimento. Para este autor, o desenvolvimento “adjetivado” (econômico, sustentável, social, ecológico, local, regional, etc.), presente em algumas teorias contemporâneas acerca do desenvolvimento, encontra-se focado nos localismo e nas ações alternativas dos sujeitos, comunidades e instituições, como em Castells, Putman, Singer e nas propostas de desenvolvimento do Banco Mundial.

Todavia, ainda segundo as críticas de Brandão (2004, 2005), essas teorias excluem as dimensões estruturais e multidimensionalidade do processo de desenvolvimento, desconsiderando aspectos, tais como, o ambiente macroeconômico, os conflitos políticos, a estrutura de classes e as conformações do espaço nacional. Há enquadramentos e hierarquias de poder entre microprocessos e microdecisões, e macroprocessos e macrodecisões, reveladoras de mediações entre o espaço local e o global. Trata-se de pensar a história e as especificidades nacionais como mediadoras dos processos de

desenvolvimento e que devem nortear as linhas gerais da implementação de políticas públicas.

O debate entre alguns autores sobre as noções de desenvolvimento aponta para algumas variáveis analíticas contrapostas, que apresentamos no Quadro 1.

Quadro 1. **Variáveis analíticas acerca do desenvolvimento**

Universal	Particular
Abstração teórica	Realidade concreta
Historicismo	Historicidades
Estrutura	Processos
Técnica	Valores
Homogeneização cultural	Diversidade cultural
Escala global	Escala local
Centro	Periferia
Transformação	Invenção

Como afirma Celso Furtado (1984) em *Cultura e desenvolvimento*, o crescimento econômico e aumento do Produto Interno Bruto (PIB), não se revertem automaticamente em desenvolvimento social e todo desenvolvimento social pressupõe um vínculo com a cultura e a tradição local.

Neste sentido, este artigo parte do pressuposto de que não há um modelo analítico abstrato e geral de desenvolvimento válido para toda a sociedade, como argumenta Brandão (2005). Neste caso, o desenvolvimento deve ser compreendido como uma manifestação concreta em um determinado espaço-tempo, portanto, devemos levar em consideração as condições histórico-sociais e culturais do processo de desenvolvimento.

Vejamos por exemplo, duas visões sobre o desenvolvimento que respeita as tradições culturais, identidades e meio-ambiente e as políticas sociais correlatas.

Etnodesenvolvimento

O Etnodesenvolvimento se refere ao desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade ou grupo social é uma noção de desenvolvimento desvinculada da perspectiva economicista baseada na noção de progresso, aumento do PIB etc.

O conceito de etnodesenvolvimento foi formulado por Rodolfo Stavenhagem (1985). Esta noção surge na Reunião de peritos em etnodesenvolvimento e etnocídio na América latina, em São José da Costa Rica, em dezembro de 1981, organizada pela Unesco e Flacso. A idéia central, segundo Roberto Cardoso de Oliveira no artigo “O saber, a ética e a ação social”, é a constituição de um espaço dialógico construído em bases simétricas nos projetos de desenvolvimento propostos pelo Estado de direito, sendo que, nesse cenário, as populações alvo de tais projetos tem que ser ouvidas. Para o autor, saber e ética são indissociáveis. Esta noção envolve, segundo Roberto Cardoso de Oliveira, a constituição de uma comunidade de argumentação interétnica, ensaída em moldes racionais e pautada pela responsabilidade moral daqueles atores que atuam no campo dos poderes públicos dominantes. O etnodesenvolvimento supõe: uma étnica autóctone com poder decisório sobre o seu território, recursos naturais, culturais e liberdade para negociar com o Estado segundo seus próprios interesses. Segundo Roberto Cardoso de Oliveira no artigo “O saber, a ética e a ação social”: “Isto significa que o grupo étnico é a unidade político-administrativa com autoridade sobre o seu projeto de território e capacidade de decisão no âmbito de seu projeto de desenvolvimento, dentro de um processo crescente de autonomia e autogestão” (OLIVEIRA, 1990:17).

Isto posto, os seguintes indicadores do etnodesenvolvimento foram formulados para as sociedades indígenas no Brasil: 1) aumento da população com segurança alimentar; aumento do nível de escolaridade na língua ou no português dos jovens aldeados; 3) necessidades básicas de produtos do mercado com recursos próprios; 4) domínio das relações com Estado e demais órgãos do governo e outras entidades, de modo que a sociedade indígena possa definir essas relações. Tais indicadores pressupõem a situação ideal descrita abaixo:¹¹

- 1) Usufruto exclusivo dos recursos naturais;
- 2) Segurança territorial;
- 3) Demanda por produtos manufaturados e meios para atingi-los;
- 4) Internalização de recursos financeiros. Ressalte-se que a geração de renda, a entrada de recursos financeiros para as necessidades dos índios e a aquisição de produtos comercializados no mercado, pelos brancos, é fundamental para qualquer projeto de etnodesenvolvimento.

Em consonância com esta visão de desenvolvimento, foram desenhadas políticas públicas, dentre elas, as políticas de formação das lideranças indígenas e os cursos de licenciatura interculturais existentes em várias universidades do país. Tais políticas têm como finalidade reafirmar as identidades indígenas e a sua autonomia política. A supracitada visão está associada às políticas públicas direcionadas principalmente aos grupos indígenas, mas pode ser extrapolado para pensar outros grupos sociais, como uma comunidade de pescadores ou de quilombolas, por exemplo, ou uma

¹¹ Cf. Azanha (2002).

cooperativa de mulheres artesãs, neste último caso, o diferencial remete às relações de gênero que se entrelaçam com o de classe e de etnia.

A dimensão territorial do desenvolvimento

Vários autores, que tratam da temática rural, propõe uma abordagem da dimensão territorial do desenvolvimento, considerando na análise o processo de construção social, as relações de poder e a historicidade inerente aos territórios. Neste sentido, siga as trilhas de Ricardo Abramovay (2000, p.7),

A idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.

Tonneau & Sabourin (2007) argumentam que um território é um espaço a se construir. Neste sentido, é processo essencialmente político, os assentamentos rurais são exemplos modelares do processo de construção social dos territórios. Deste modo, na abordagem territorial estão presentes vários atores e grupos de interesses, nem sempre com finalidades consensuais.

O desenho institucional dos Fundos Rotativos Solidários – FRS, uma política financiada com recursos orçamentários do Ministério do Trabalho e do Emprego, propõe a promoção do desenvolvimento dos territórios levando em conta aspectos econômicos como a geração de renda, contudo, considera simultaneamente as dinâmicas locais e as mediações ambientais, identitárias e históricas. Neste sentido, a política dos Fundos acompanha as tendências políticas atuais com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (STD) vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de nortear suas políticas com enfoque territorial principalmente àquelas direcionadas ao mundo rural.

Neste sentido, os FRS são instrumentos de finanças solidárias (a fundo perdido) direcionados às comunidades camponesas que praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança, e que decidem reinvestir parte desta em prol da própria comunidade. O foco central dos fundos é fortalecer as dinâmicas locais, promover a emancipação política e o circuito da reciprocidade como práticas ancestrais do universo camponês e, simultaneamente, inserir a comunidade no circuito mercantil, via comercialização direta do excedente da agricultura familiar nas feiras locais e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).¹²

¹²Segundo Tonneau e Sabourin (2007, p.284), “Por dinâmicas locais entendem-se os processos de mudança que acontecem em escala local (comunidades, assentamentos, perímetros irrigados, distritos, municípios, bacia hidrográfica, e consórcios de municípios) e que

Segundo Heck (2006), os FRS se configuram como uma política social complementar ao PRONAF e ao PBF. Em 2006, 9 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, necessitavam de políticas creditícias para investir em pequenos empreendimentos. No Nordeste, existe cerca de 180 grupos apoiados pelos FRS e no Brasil algo em torno de 15 mil empreendimentos e grupos de geração de trabalho e renda à espera do crédito¹³. Segundo do autor: “A idéia é disponibilizar recursos financeiros, não reembolsáveis e sem burocracia para viabilizar experiências de Fundos Rotativos Solidários” (HECK, 2006, p.1).

Ainda segundo o mesmo, , “os recursos podem ser originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de fundos de ação social, ser de origem orçamentária ou de bancos públicos” (HECK, 2006, p.1). Para além do crédito não reembolsável, o foco central dos fundos são os interesses das comunidades e a solidariedade tecida em suas relações sociais, considerada como poderoso instrumento na geração da renda e no combate à pobreza. Portanto, em seu desenho e metodologia, o papel atribuído aos fundos não é o de prover o crédito segundo uma lógica financeira tradicional e/ou segundo uma lógica clientelista¹⁴, mas sim, segundo uma político-pedagógico que viabiliza a emancipação das comunidades beneficiárias a partir da lógica da solidariedade e nas práticas de reciprocidade, como sinaliza a pesquisa realizada por Mota (2009) no município de Irauçuba – com maior índice de desertificação no sertão do Estado do Ceará.

Exemplarmente, uma pesquisa de campo, que estudou o Projeto “Sementes da Paixão”, demonstrou que os FRS promoveram a adoção de novas tecnologias produtivas, aumento da geração de renda e práticas solidárias. Por exemplo, na Paraíba, os FRS financiam a construção de cisternas de placa e a pesquisa em curso, que vimos realizando, demonstra que o impacto na vida da comunidade é imediato, na medida em que há uma melhoria na dieta e saúde das famílias e um aumento da produção agrícola.¹⁵ Devemos lembrar que, até hoje, existem famílias dependentes do carro-pipa que, historicamente, se converteu em instrumento de manipulação política local. O FRS, segundo pesquisa realizada, permite via construção de cisternas uma nova gestão dos recursos hídricos no Estado da Paraíba, fator que promove significativamente o desenvolvimento territorial.¹⁶

No final de 2000, no Estado da Paraíba, foi lançado, pela ASA/Brasil, o Programa de Construção de Um Milhão de Cisternas (P1MC), viabilizado pela política dos fundos. Contudo, se as ações iniciais da ASA/PB e das comunidades foram mobilizadas para a construção das cisternas, a partir de então, os FRS foram utilizados para viabilizar outros empreendimentos, tais como a criação de animais, cercado para aves, criação de um banco de sementes comunitário, beneficiamento e

podem envolver agentes econômicos, firmas, grupos e movimentos sociais, sociedade civil e as suas organizações, instancias político-administrativas ou serviços públicos locais.

¹³ Sobre a história e a engenharia político-institucional dos Fundos Rotativos Solidários consultar Gonçalves (2009a).

¹⁴ A respeito da lógica clientelista presente em comunidades rurais e em projetos de economia solidária, ver Gonçalves (2008, 2009a).

¹⁵ Cf. Gonçalves (2009b) pesquisa em curso financiada pelo CNPq, Edital Universal – 14/2009.

¹⁶ Cf. Gonçalves (2010).

comercialização de frutas nativas, tanque de pedra e barragens subterrâneas¹⁷. São empreendimentos que viabilizam a convivência com o semiárido a partir de uma nova concepção e também dos saberes (tecnologias) tradicionais da comunidade.

Em 2008, a ASA-PB avalia que as experiências com os FRS se desenvolvem em aproximadamente 1.000 comunidades, distribuídas em 147 municípios do semiárido paraibano articulados por ela. Atualmente, seis experiências são financiadas pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em parceria com a SENAES em comunidades rurais, atendendo aproximadamente 504 famílias, que vivem no litoral, agreste e alto sertão¹⁸. O BNB lançou dois editais que selecionou e financiou 50 projetos com os FRS, sendo seis na Paraíba dos seis, cinco (alto sertão, agreste e litoral), que são foco de nossa investigação empírica.

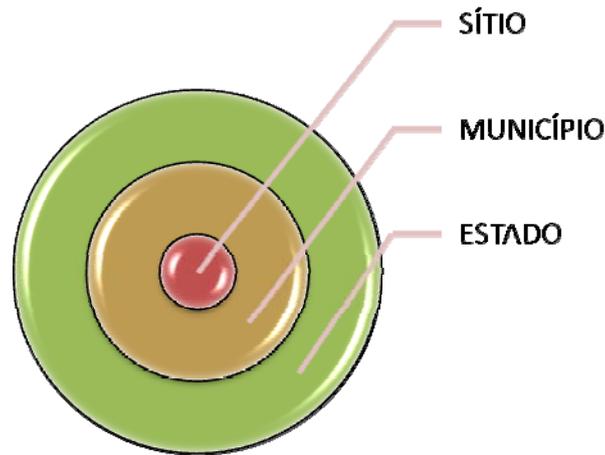
A política dos FRS está dividida no Estado em microrregiões que apresentam características geográficas, climáticas e econômicas diferenciadas (alto sertão, médio sertão, agreste, litoral e brejo). A sua organização e representação política envolve as seguintes dinâmicas e atores sociais: comunidades e lideranças, comissões temáticas, coletivos e entidades de assessoria e apoio como Patac, AS, PTA E ASA. Os comitês temáticos são a instância mais próxima da comunidade e realizam um trabalho de sensibilização e formação em agricultura familiar e agroecologia em consonância com as demandas da comunidade, cuja unidade básica é a família. Contudo, não se trata da família nuclear composta somente pelos pais biológicos e filhos, trata-se de outro modelo de família.

Como têm demonstrado as pesquisas empíricas realizadas por Duque (2008), Duque e Oliveira (2007), Sabourin (2001, 2009) e Mota (2009), as experiências contemporâneas com os FRS se desenvolvem em comunidades cuja organização social apresenta como unidade básica a família do pequeno agricultor, composta por pessoas ligadas por laços de sangue, de afinidade e compadrio. Um conjunto de famílias formam uma comunidade que pode constituir moradia em uma ou mais localidades e/ou sítios. Observemos a figura abaixo, que revela que o grau de identidade é mais intenso nos sítios e localidades em relação ao município e Estado,

Figura 1: Grau de coesão social

¹⁷ A construção do banco de sementes comunitário revelou a biodiversidade do semiárido, onde foram identificadas 18 variedades de feijão no agreste, 20 no brejo e 26 no Curimataú (DUQUE, 2008, p.10).

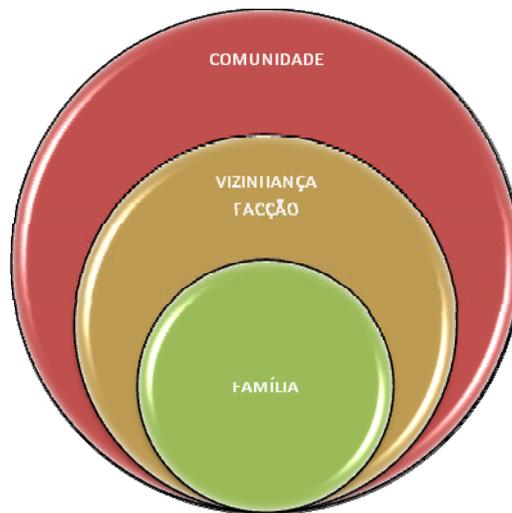
¹⁸ No BNB as experiências com os fundos foram instituídas no ano de 2004 mediante parceria e convênio firmado entre a instituição bancária, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), para viabilizar a execução de projetos produtivos solidários, “prevendo o aporte de recursos financeiros para viabilizar ações produtivas associativas e sustentáveis, que assumam os princípios da Economia Solidária, através de Fundos Rotativos Solidários”. O BNB, criado pela Lei Federal nº 1.649, de 19 de julho de 1952, é uma instituição voltada para o desenvolvimento regional sustentável, com atuação em 1.986 municípios situados nos nove estados nordestinos e no norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Opera como órgão executor de políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades socioeconômicas entre sua área de atuação e as regiões mais desenvolvidas do país (BNB, 2006, p.11).



Fonte: Pesquisa FRS, 2010.

Por exemplo, a comunidade Caiçara constituída de uma rede de parentela e de agregados, está presente em quatro localidades situadas em municípios distintos. Neste sentido, as pessoas não se identificam a um município ou localidade e sim à sua comunidade de origem e ao grupo familiar, ou seja, o nível de coesão social e de identificação é mais intenso no grupo familiar e depois na comunidade, assemelhando-se à lógica Nuer de identificação e de oposição,¹⁹

Figura 2: Grau de coesão e identificação social



Fonte: Pesquisa FRS, 2010.

Tradicionalmente, a comunidade é dirigida por um conselho informal de chefes de família, que gerencia o acesso à terra (pastos comunitários, práticas de meia), a redistribuição ou intercâmbio de tarefas (o mutirão) e a solidariedade interfamiliar. Segundo o costume ancestral, a atividade produtiva assume o formato de um sistema

¹⁹ Cf. Evans-Pritchard (2005).

econômico de prestações e contraprestações totais, articulando as várias dimensões das localidades (religião, ritual, parentesco, economia e o direito costumeiro). Similar à lógica subjacente à instituição econômica do *Potlatch* entre os melanésios, que se configura como um sistema de prestações e contraprestações totais – são trocas e os contratos sob forma de presentes (dádivas). O sistema envolve três atos: dar, receber e retribuir. São clãs que trocam entre si presentes, mulheres, ritos, gentilezas, *status*, que configuram sistemas de prestações totais em sua aparência voluntários, mas que, no entanto, possuem um caráter obrigatório.

É importante realçar que, embora as atividades produtivas estejam assentadas em práticas econômicas não mercantis, a comunidade está integrada às trocas mercantis, isto é, recorrem ao mercado local para comprar bens e produtos de que necessitam e para vender o excedente produzido, tais como mel, feijão, artesanato, ovo caipira e farinha. Um projeto financiado com os FRS, contempla diversas comunidades presentes em várias localidades distribuídas em municípios.

Portanto, em uma análise do impacto dos FRS nessas comunidades, tem que se levar em conta a lógica da parentela e de agregados que constitui a base da organização social e o circuito da dádiva, base da organização produtiva das comunidades. Os gestores das políticas sociais ignoram a especificidade da organização social das comunidades beneficiárias e formulam tais políticas pautadas em critérios universalistas que ignoram as injunções locais e culturais,

O texto ilustra a ineficiência e as dificuldades das políticas públicas aplicadas nessas comunidades que, ignorando a coerência da lógica da reciprocidade, persistem em propor apenas o desenvolvimento do intercâmbio mercantil, baseado na acumulação material e na concorrência para o lucro (SABOURIN, 2001, p.1).

Por fim, retomando o problema central que esta reflexão inspira (a gestão dos fundos na e pela comunidade) surge a seguinte indagação: De que forma as experiências com os Fundos Rotativos Solidários, especialmente sua gestão no litoral, agreste e altosertão paraibano, dialogam com a organização social e produtiva característica das respectivas comunidades? Em que medida o circuito da dádiva, via FRS, estaria paradoxalmente contribuindo para a produção do excedente a ser comercializado no mercado local?

Afinal, Sabourin (2001), inspirado em Temple (1997), fala da “dupla referência” referindo-se às interfaces entre as lógicas da reciprocidade e a mercantil, hoje tão necessárias às políticas públicas de desenvolvimento:

De fato, hoje, em termos de desenvolvimento local ou regional, não se trata de reivindicar a exclusividade de uma dialética ou de outra, mas, sim, de chamar para uma dupla referência (...) Tal debate permitiria também discutir os valores que devem orientar ou fundar os projetos de desenvolvimento econômico e social (SABOURIN, 2001, p.8).

A guisa de conclusão, partindo de duas visões concretas de desenvolvimento, entendendo-o não como uma variável universal e abstrata, descolada de seu tempo e espaço, historicamente consituído, como já nos revelara Furtado, entendemos que um empreendimento de análise sobre as políticas públicas brasileiras contemporâneas, visando compreender como, de

fato, estas políticas se efetivam, deve levar em conta o debate as tensões políticas, no tocante ao desenvolvimento, entre universalismos e particularismos, reveladores das contradições do próprio estado brasileiro ()

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro. In: COSSÍO, Mauricio Blanco (org). *Estrutura Agrária Mercado de Trabalho e Pobreza Rural no Brasil*. 2003.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, n. 2, v. 4, p.379-397, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

AZANHA, Gilberto. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos; HOFFMANN- Barroso, Maria (orgs.). *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas. Bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro:Contra Capa, 2002. PP. 29-38.

Banco do Nordeste do Brasil. *Relatório Anual Crediamigo de 2005, 2006*.

_____. Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza, 2004.

_____. Programa de apoio a Projetos Produtivos Solidários. Fortaleza, 2005.

BRANDÃO, Carlos. *A impossibilidade de uma teoria geral abstrata do desenvolvimento*. Campinas: UNICAMP, 2005 (mimeo).

CAILLÉ, Alain. *Critique de la raison utilitaire. Manifeste du Mauss (mouvement anti-utilitariste dans les sciences sociales)*. – *Avant-propos et postface inédits de l'auteur*. Paris: La Découvert, 2003.

_____. *Antropologia do dom. O terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAILLÉ; Alain; GRAEBER, David. Introdução. IN: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). *A dívida entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. pp. 17-31.

CASTELS, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

COELHO DE SOUZA, Marcela. A dívida indígena e a dívida antropológica: O patrimônio cultural entre direitos universais e relações particulares. *Série Antropologia*, vol 415, Brasília: DAN/UNB, 2007.

COHEN, Abner. *O homem bidimensional. A antropologia do poder e o simbolismo e sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. (1974).

DUQUE, Ghislaine. *Fundos rotativos solidários e capital social. Notas preliminares.* 5p. Disponível: <<http://www.ufcg.edu.br>>. Consulta em: 18.mar.2009.

_____. *A articulação do semi-árido brasileiro. Camponeses unidos em rede para defender a convivência no semi-árido.* 2008, 23p. Texto da autora.

DUQUE, G. e OLIVEIRA, M. S. de L. Relatório de Síntese da Avaliação dos Fundos Rotativos de Cisternas, Patos, 2003, 25 p.

DUQUE, G. e CIRNE, M. N. R. Créer des citoyens ou des exclus? Le défi des programmes de secours aux victimes des sécheresses. In ZANONE e LAMARCHE (org.) *Agriculture et ruralité au Brésil: Un autre modèle de développement.* Paris: Karthala, 2001, p. 129-144.

DUQUE; OLIVEIRA. Comunidade rural e cooperação entre camponeses: Os Fundos Rotativos Solidários na Paraíba. V *Congresso Europeu CEISAL de Latino americanistas*, Bruxelas, Bélgica, 11 a 14/04/2007. 10p.

DUQUE, G. “Experiências de crédito alternativo para a agricultura familiar: caminhos de solidariedade e cidadania”. V *Simpósio latino-americano sobre investigação e extensão em sistemas agropecuários.* Florianópolis. CD sessão temática 4, 2002.

DUQUE, G. & DINIZ, P. C. “A Articulação do Semi-Árido e o Desenvolvimento Sustentável: Uma experiência no Nordeste do Brasil”. *Seminário Internacional El Mundo Rural: Transformaciones y Perspectivas a la luz de la Nueva Ruralidade*, Bogotá: Ed. Pontificia Universidade Javeriana, 2003.

DUQUE, G. & OLIVEIRA, M.S.L. “A contribuição dos Fundos Rotativos para o Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido”. *XI Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste.* Aracaju/Se, 2003.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento: em época de crise.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

GEERTZ, Clifford. *Observando o Islã. O desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004 (1968).

GONÇALVES, Alicia Ferreira. O pensamento mítico na teoria da ação comunicativa. Campinas, *Idéias*, 12 (2); 13(1), 2006a. p. 205-236.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. *Relatório Técnico Final: Projeto Avaliação dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba – Convênio BNB/CODISMA.* João Pessoa, 2010. 210p.

_____. A história dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba. A construção político-institucional de uma política pública In: AGUIAR, Sylvana (org). *Gestão Pública: Práticas e Desafios.* Vol III. Recife: Edições Bagaço, 2009a. p. 763-789.

_____. Economia da dívida e os Fundos Rotativos Solidários. Reciprocidade e Mercado em comunidades rurais no Estado da Paraíba. *Projeto de pesquisa*, Universal, CNPq, 14/2009, 2009b. 39p.

_____. *Experiências em Economia Solidária*. Campinas: Editora do CMU/Artescrita, 2009c.

_____. Desenvolvimento, mercado e políticas sociais em comunidades rurais no Estado da Paraíba. Rio de Janeiro, *IdeAS. Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*. Vol. 5, n1, jan-jun, 2011. p. 249-273.

HABERMAS, Jurgen. *Teoría de la acción comunicativa. Crítica de la razón funcionalista*. Vol2. Madrid:Taurus, 1987.

HALL, Stuart. A questão da identidade cultural. *Textos Didáticos* n.18. Campinas, IFCH, UNICAMP, 1998.

_____. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte:Editora UFMG, 2003.

HÖFLING, Heloisa de Matos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *Cadernos Cedex*, n 55, nov, 2001, p- 30-41.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HECK, Selvino. *Fundos solidários/rotativos. Apoio a projetos produtivos solidários*. Brasília, 2006. 2p. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 18.mar.2009.

HUTCHINSON, Sharon. *Nuer dilemmas. Coping with money, war, and the state*. London: University of California Press, 1996.

LAVILLE, Jean-Louis. Com Mauss e Polanyi, rumo a uma teoria da economia plural. IN: MARTINS, Paulo Henrique; NUNES, Brasilmar Ferreira. *A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 42-57.

LECHAT, Noëlle. *Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2004.

MARTINS, Paulo Henrique (org.). *A dívida entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MARTINS, Paulo Henrique; NUNES, Brasilmar Ferreira. *A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

MOTA, Dutra José Rubens. O BNB e a Economia Solidária. *IX FSM*, Belém, Painel: “Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento no Nordeste: A perspectiva da avaliação”, 2009. 13p.

_____. *Políticas Públicas e Economia Solidária. Avaliação do projeto Sementes da Solidariedade*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. Dissertação de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, 2009. 56p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O saber, a ética e a ação social. *Manuscrito*, XIII, 2, 1990. pp.7-22.

ROSTOW, W. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SABOURIN, Eric. "Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste Brasileiro". Campina Grande, *Raízes*, n. 20, 2001.

_____. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. *XI CISO*: 1-25, Aracajú, Brasil, 2003.

SABOURIN, E., DUQUE, G. et al. *Interactions entre organisations de producteurs et politiques publiques au Nordeste Semi-Aride*. In Atelier : « Les organisations professionnelles rurales et le développement durable : Regards croisés Brésil, Indonésie, France ». Montpellier, CIRAD, 7 e 8 septembre 2005.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

STAVENHAGEM, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: Uma dimensão ignorada do pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico*, 84, 1985. p.11-44.

TAMBIAH, Stanley. Conflito etnonacionalista e violência coletiva no sul da Ásia. *RBCS*, v.12, n.34, jun, 1997. p.4-24.

_____. *Leveling Crowds: Ethnonationalism conflicts and collective violence in South Ásia*. California: University California Press, 1996.

TAMBIAH, Stanley. Conflito etnonacionalista e violência coletiva no sul da Ásia. *RBCS*, v.12, n.34, jun, 1997. p.4-24.

_____. *Leveling Crowds: Ethnonationalism conflicts and collective violence in South Ásia*. California: University California Press, 1996.

TEMPLE, Dominique. As origens antropológicas da reciprocidade. Disponível em: <<http://www.jornaldomauss.org>>. Consulta em: 28 jul. 2009.

TONNEAU,, Jean Philippe; SABOURIN, Eric (orgs). *Agricultura familiar. Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.